



O fato é que sobre todos esses problemas, não posso e não vou me calar.

*Educador
Cesar Callegari*

sar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Só que as discordâncias são tantas que a proposta da base curricular, que pode entrar em vigor a partir de 2020, deixa mais dúvidas do que certezas.

» AUDIÊNCIAS

O MEC realizou cinco audiências públicas para debater o tema. Os encontros cessaram em 14 de setembro, com o evento de Brasília. Para se ter ideia da temperatura em torno das discussões, a segunda audiência pública deveria ter sido realizada em São Paulo, em junho, mas foi cancelada devido a protestos.

Segundo o MEC, as audiências tiveram “caráter exclusivamente consultivo” e foram destinadas a “colher subsídios e contribuições para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular”. “A BNCC para o Ensino Médio ainda está em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Educação. As contribuições recebidas estão no ministério para análise e retornarão ao conselho para finalizações”, informou a intuição.

» CRÍTICAS

Além de questionar o número limitado de audiências, entidades que reúnem professores, estudantes e movimentos pela educação também criticam as principais mudanças propostas pela reforma, que poderão ser adotadas na base curricular.

A meta do governo foi adotar um itinerário formativo comum para todos os estudantes do país. Entre as propostas, prevê-se que as disciplinas de português e

matemática sejam específicas e as demais, agrupadas por áreas de conhecimento.

O texto determina que 60% da carga horária seja ocupada obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC, enquanto os demais 40% serão optativos, conforme a oferta da escola e interesse do aluno, mas também seguindo o que for determinado pela Base Nacional.

O estudante poderá, caso haja oferta, escolher uma de cinco áreas do conhecimento para o conteúdo optativo. São elas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Pela reforma, as escolas não serão obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos.

“Acreditamos que precisa haver um amplo debate com a sociedade, com audiências públicas abertas à população, para ter uma escola pública de qualidade, com currículo que combata as desigualdades sociais e condições de aprendizado aos alunos”, informou o Sinesp (Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo).

Um dos pontos mais criticados é a redução das disciplinas obrigatórias, que perderam matérias como artes, educação física, filosofia e sociologia. A reforma do Ensino Médio tornou obrigatória apenas matemática e português ao longo dos três anos, além de inglês como língua estrangeira. Os demais conteúdos ainda estão sendo definidos pela BNCC.

Outra fonte de críticas é a proposta do ensino à distância para alunos do Ensino Médio. Pacotes desse tipo de aula poderão ser oferecidos para substituir professores e dispensar laboratórios, considerados fundamentais para a qualidade do ensino.

» RENÚNCIA

A batalha em torno da base curricular do Ensino Médio está tão acirrada que, em junho deste ano, o presidente da comissão da BNCC, o educador Cesar Callegari, renunciou ao cargo por discordar dos rumos dos debates em torno da base curricular. Ele defendeu a revogação da reforma do Ensino Médio e a rediscussão da BNCC. Em sua carta de renúncia, Callegari disse que suas posições contrárias às pautas feriam a imparcialidade exigida ao cargo.

“O fato é que sobre todos esses problemas, não posso e não vou me calar. Lem-

